

Vem aí o dinheiro do Banco Mundial: US\$ 500 milhões.

A partir de março ou abril do próximo ano o sistema financeiro do País deverá contar com US\$ 500 milhões do Banco Mundial que já estão previstos no orçamento fiscal deste ano. Esse montante poderá ser ampliado para até US\$ 1 bilhão, se os termos da reformulação do sistema financeiro, em estudo pelo Banco Central, atenderem ao programa do Banco Mundial.

No entanto, o diretor da Área Bancária do Banco Central, Wadico Valdir Bucchi presente ontem ao 21º Encontro Nacional das Finanças, em Manaus, garantiu que "o programa de revisão do sistema financeiro é indiscutível e será implantado com ou sem os recursos externos". A reforma que está sendo discutida com diversos segmentos do setor financeiro passará, provavelmente, pela simplificação do sistema, pelo desenvolvimento de um plano contábil único, aumento da produtividade e desmobilização do capital das instituições.

A simplificação do sistema poderia iniciar-se com a redução dos limites impostos pelo Banco Central de cerca de 100 para 15 ou 20, o que, segundo Bucchi, facilitaria tanto o trabalho de fiscalização como as operações das instituições.

A agregação dos recursos captados pelas diversas instituições de um mesmo conglomerado em um caixa único (Plano Contábil Único), além de garantir uma maior agilização das operações, ainda traria maior maleabilidade no recolhimento do compulsório junto ao BC, permitindo, uma ampliação da faixa livre. Em um segundo momento, a criação do caixa único facilitaria as operações de bancos múltiplos.

Quanto à produtividade do sistema, Bucchi explicou que, por ineficiência, são gastos hoje cerca de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) e com a reestruturação do sistema seria possível uma grande economia, fazendo com que o produto final — o dinheiro — chegasse mais barato ao tomador do empréstimo.

A desmobilização do capital das instituições financeiras é outra meta da reforma pois, de acordo com Bucchi, vem causando preocupação à atual taxa de mobilização dos recursos, que "já ultrapassou os limites considerados recomendáveis". Ele sugere que, talvez, essa taxa possa ficar em torno de 80%. Mas salientou que como o CMN (Conselho Monetário Nacional) delegou poder ao BC para tratar desse assunto, a idéia

é que se possa discutir cada caso isoladamente, sem a definição de uma taxa única de aplicação dos recursos em imóveis. Principalmente porque as instituições financeiras talvez possam contar com recursos provenientes do Banco Mundial.

Apesar de afirmar que a reforma financeira independe de imposições feitas pelo Banco Mundial, Bucchi reconhece que as duas coisas podem ser conciliadas na medida em que muitas das mudanças adotadas ou propostas pelo BC atendem às expectativas do Banco Mundial, como a tabela progressiva do imposto para as operações financeiras aprovada recentemente pelo CMN visando o alongamento dos prazos de aplicação.

No próximo dia 6 os representantes do Banco Central terão uma reunião em Washington com o Bird para discutir a liberação dos recursos. No final de outubro, uma delegação virá ao Brasil para dar continuidade às discussões e em dezembro, se tudo der certo, deverá ser concluída a negociação.

Denise C. Toledo, de Manaus.